



DISTRITO FEDERAL

Departamento de Polícia Federal faz alterações em declarações e certificados



A direção do SINDESV-DF, assim como os demais sindicatos de vigilantes do Brasil, recebeu ofício do Departamento de Polícia Federal/Delegacia de Controle de Segurança Privada (DELESP), informando que o órgão não vai mais carimbar as declarações de Curso de Reciclagem, bem como os certificados de curso de extensão.

Segundo a DELESP/SR/PF “a alteração visa adequar o processo, tendo em vista que a matriz primária de consulta e validade é o sistema GESP que pode ser acessado pelas empresas, academias e vigilantes”.

Diante disso, nos foi também informado que:
-Desde o dia 22/04/2019 não foi mais recebido e aposto carimbo pela Polícia Federal nas Declarações de Curso de Reciclagem e nos Certificados de Curso de Extensão;

-Que as academias não estão impedidas de emitirem as Declarações de Curso de Reciclagem e Certificados de Curso de Extensão, apenas não terão a aposição de carimbo da PF;

-Permanece para as Academias a necessidade de encaminhamento dos demais documentos para análise e aprovação no GESP.

Fonte: Sindesv/DF

VIGILANTES EX-VIPAC/ BB – LOTES II E VI: ACORDO HOMOLOGADO, MAIS DE 3 MILHÕES GARANTIDOS PARA 524 VIGILANTES E BASTA DE CALOTE!



A Juíza do Trabalho Dorotéia de Azevedo Mota homologou e confirmou hoje (7) o acordo firmado em 27 de fevereiro no Ministério Público do Trabalho – MPT entre os Sindicatos de Vigilantes (SVitabuna, Sindmetropolitano e Sindvigilantes/BA) com a empresa Vipac e o Banco do Brasil que garante o pagamento dos direitos rescisórios de 524 vigilantes da empresa de vigilância Vipac que atuaram no BB até dezembro passado.

O Acordo fixa que a dívida da empresa com os vigilantes é de cerca de R\$ 3.049.000 e também estabelece:

1) Que o Banco deve pagar R\$ 2.030.000 no prazo de até 10 dias após a homologação ou até o próximo dia 17 de maio;

2) a Vipac fica com a responsabilidade de pagar cerca de 1 milhão também no prazo de até 10 dias após a homologação do Acordo pela justiça;

3) Os valores serão repassados pelo banco e pela Vipac as contas do Sindvigilantes/BA e do Sindmetropolitano, que repassarão as contas dos vigilantes;

4) A Vipac já entregou ao Sindicato os documentos rescisórios (TRCT, Carta de Referência, PPP e Guia de Seguro Desemprego) que, com a homologação do acordo,

serão enviados a cada vigilante.

Para a grande maioria dos vigilantes esta é a primeira vez que saem de uma empresa de vigilância no BB e recebem a sua rescisão. É mais uma vitória da categoria e das lideranças sindicais combativas contra o calote e os caloteiros.

Os colegas devem aguardar nos próximos dias mais orientações e informações sobre os pagamentos e documentação rescisória.

Acompanhe o andamento do processo acessando o site do TRT5 (www.trt5.jus.br). Anote o número: 0000201.56.2019.5.05.0003.

Isto é Sindicato que cuida da proteção do Vigilante. O resto é balela.

Parabéns vigilantes ex-Vipac/BB.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

VIGILANTES DA JOB/SEMA DEVEM FAZER CONTATO URGENTE COM O SINDICATO PARA RECEBER



Os vigilantes abaixo, que trabalharam no posto da JOB na Secretaria do Meio Ambiente (Sema), têm dinheiro a receber, relativo ao salário atrasado e 13º, estão na lista que já foi divulgada, mas ainda não se manifestaram. São

todos do interior e devem fazer contato urgente com o Departamento Jurídico, pelos telefones (51) 3224-4545 ou 3225-5070. Pedir para falar com a funcionária Jaqueline. Outros 64 da lista compareceram na entidade e já estão com o dinheiro no bolso.

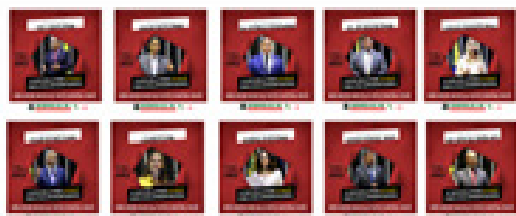
Alceumar Bento Baltazar
Alexandre Porto Barros
Douglas Peres Aquino
Ismael Niehues Belettini
Matheus Batista Cardozo
Marcio Jesus Lemos Prestes
Juliano dos Reis Menegaz
Jorge Alexandre Pacheco de Co
Tarcísio da Silva Oliveira

Fonte: Sindvigilantes do Sul

ESPIRITO SANTO

Campanha de Mobilização Contra a Reforma da Previdência

Reforma da Previdência, NÃO!



O SINDSEG-GV/ES lança campanha de mobilização contra a Reforma da Previdência. O objetivo é cobrar dos deputados federais capixabas a votarem NÃO a Reforma da Previdência.

Seis dos 10 deputados federais que forma a

bancada capixaba no Congresso Nacional são favoráveis à reforma da Previdência, segundo reportagem publicada no jornal Estadão.

Amaro Neto (PRB), Felipe Rigoni (PSB), Lauriete (PR) e Sérgio Vidigal (PDT) afirmaram que a aprovação depende de mudanças no texto proposto. Os deputados Da Vitória (PPS), líder da bancada, e Ted Conti (PSB) não quiseram responder ao questionamento do jornal. Já Evair de Melo (PP) não foi encontrado e Hélder Salomão (PT) reforçou que vota contra a proposta.

Declaram favorável à proposta do jeito que foi apresentada pelo governo Jair Bolsonaro as deputadas Soraya Manato (PSL) e Norma Ayub (DEM).

Fonte: SINDSEG GV/ES

Bolsonaro quer cortar abono PIS/PASEP de “privilegiados” que ganham mais de um salário mínimo



O argumento do governo de Jair Bolsonaro (PSL) para não pagar o abono salarial do PIS/Pasep para trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada que ganham mais de um salário mínimo (R\$ 998,00) é o de que a medida ‘combate a desigualdade’. É o mesmo argumento que está no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 006/2019 para justificar a redução do valor da aposentadoria de quem ganha R\$ 2.231,00.

“Esses são os privilegiados que Bolsonaro quer exterminar com a reforma da Previdência”, diz o presidente da CUT, Wagner Freitas.

“Ele não entende nada de economia e deixa tudo na mão do Guedes, um agente dos

banqueiros que só pensa em lucro fácil e quer destruir políticas públicas, salários, benefícios, aposentadoria e até o abono salarial”, afirma Wagner se referindo ao ministro da Economia, Paulo Guedes, autor das propostas de arrocho em cima da classe trabalhadora.

E como este governo não quer ouvir os argumentos sobre a realidade da classe trabalhadora, a saída é a greve, diz Wagner, lembrando que a CUT e demais centrais sindicais aprovaram uma greve geral contra a reforma da Previdência para o dia 14 de junho.

Se a reforma da Previdência de Bolsonaro for aprovada, 21,3 milhões de trabalhadores que o governo chama de ‘privilegiados’, aqueles que

ganham mais de um, no máximo dois salários mínimos por mês, não terão mais direito ao abono do PIS/Pasep no valor de um salário mínimo por ano. Se o 'privilegiado' ganhar um centavo a mais do que o piso nacional perderá o benefício.

Atualmente, 23,9 milhões de trabalhadores que ganham até dois mínimos e têm carteira assinada recebem o abono. Deste total, só os 2,6 milhões que ganham até um mínimo por mês continuarão recebendo o abono do PIS/Pasep.

Só na construção civil, a medida vai derrubar a renda de 800 mil trabalhadores – 30% da categoria – que contavam com o abono todos os anos, diz Cláudio da Silva Gomes, o Claudinho, presidente Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira filiados à CUT (Conticon).

“Esse dinheiro era usado para o consumo, em especial, alimentos”, diz.

De acordo com levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Vestuário da CUT (CNTRV), cerca de 80% dos trabalhadores nas indústrias têxteis e de confecções, beneficiamento do couro e produção de calçados que recebem o abono salarial serão prejudicados.

O falso combate aos privilégios

As informações sobre o 'combate aos privilégios' fazem parte dos documentos de detalhamento da reforma da Previdência que estavam sob sigilo e foram apresentados apenas na semana passada.

Na justificativa para cancelar o benefício, o

governo afirma que o abono, criado nos anos de 1970, perdeu o sentido de complementação de renda ao longo das décadas graças à Política de Valorização do Salário Mínimo, elaborada pela CUT, aprovada pelo Congresso Nacional e colocada em prática pelo ex-presidente Lula, que garantiu ganhos acima da inflação aos trabalhadores nos últimos anos. Bolsonaro acabou com essa política.

O que importa para Bolsonaro e sua equipe econômica é economizar. E tirando o abono de quem ganha até dois mínimos, eles pretendem economizar R\$ 169,4 bi em dez anos, ou 13,7% da economia total de R\$ 1,236 trilhão projetada até 2020 caso todas as alterações propostas pela PEC sejam aprovadas na íntegra.

Quem tem direito ao abono?

O abono salarial do PIS/Pasep é pago anualmente para quem trabalhou com carteira assinada por pelo menos 30 dias no ano; ganhou, no máximo, dois salários mínimos, em média, por mês e está inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos.

Fonte: Marize Muniz – CUT Nacional



Em novo formato, programa Jornada aborda assédio moral no trabalho

A produção em vídeo do TST foi reformulada para a linguagem de internet.



O programa Jornada está de volta e de cara nova. A produção em vídeo da Secretaria de Comunicação Social do Tribunal Superior do Trabalho reestreia nesta segunda-feira (6). Reformulado, o programa agora é voltado para a realidade da internet, com comunicação ágil, linguagem simples e mais interatividade. Cada edição tem no máximo dez minutos e é postada no canal oficial do TST no Youtube. A cada 15 dias, um tema de relevância no universo trabalhista será abordado, com a participação de diversos profissionais.

Além das edições temáticas, outra novidade é a exibição por temporadas. A primeira começa com o programa sobre o assédio moral no ambiente de trabalho. A equipe do Jornada conversou com especialistas, gestores e empregados que foram vítimas desse tipo de conduta. A escolha do tema coincide com as ações de conscientização realizadas pela Justiça do Trabalho em prol da prevenção de situações

que possam configurar o assédio moral.

A primeira temporada conta ainda com mais cinco edições, que serão lançadas no TST Tube sempre às segundas-feiras, às 12h. O programa também terá inserções na programação da TV Justiça.

Serviço - novo Jornada

Periodicidade: quinzenalmente, sempre às segundas-feiras.

Horário: 12h

Estreia: segunda, 6 de maio de 2019.

Onde assistir: TST Tube - www.youtube.com/tst

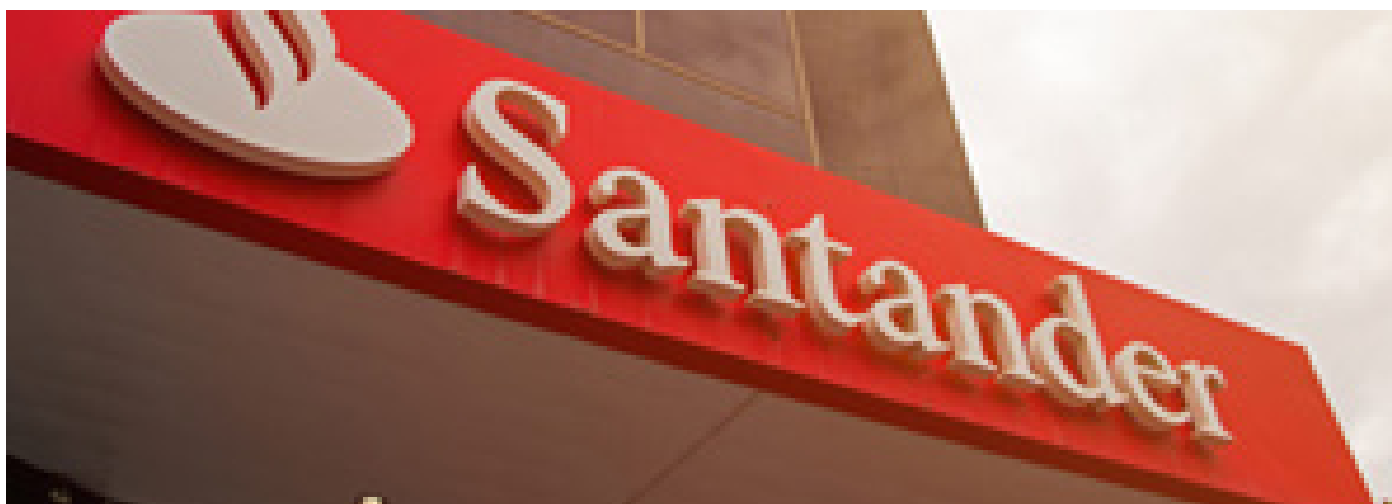
Programe-se! 1ª temporada do novo Jornada:
20 de maio/2019 – tema: A Justiça do Trabalho
3 de junho/2019 – tema: Teletrabalho
17 de junho/2019 – tema: Trabalho infantil
1º de julho/2019 – tema: Mulheres no mercado de trabalho

15 de julho/2019 – tema: Atividades perigosas

Fonte: (CRTV/Secom/TST)

Sindicatos protestam contra abertura de agências do Santander aos finais de semana

Atitude do banco descumpra Convenção Coletiva do Trabalho



Sindicatos de bancários de todo o Brasil realizaram neste sábado (4), manifestações em protesto contra a abertura das agências do Santander aos finais de semana. O banco solicitou que seus funcionários trabalhassem sob a alegação de que se trata de um “trabalho voluntário”. Além de descumprir a jornada da categoria, que é de segunda a sexta-feira prevista em Convenção Coletiva de Trabalho, ao abrir agências aos sábados com esse voluntariado o Santander expõe seus empregados a um trabalho sem nenhuma proteção e direito trabalhista.

A justificativa do banco sobre a abertura das agências aos sábados é de oferecer orientações financeiras aos clientes e toda a população. Para o secretário de Estudos Socioeconômicos da Contraf-CUT e representante da Comissão de Organização dos Empregados (COE), Mario Raia, o banco poderia rever outros pontos para ajudar a população. “Se o banco está realmente interessado em oferecer orientação financeira ele poderia começar reduzindo juros e tarifas abusivas, que cobra de seus clientes”, disse.

A abertura de 29 agências estava prevista para o último sábado (4). Porém, as agências de Porto Alegre e Salvador não abriram e, as que abriram,

contaram com poucos clientes.

Em uma agência de São Paulo haviam 17 voluntários e seis clientes, sendo que dois deles eram bancários do próprio Santander. Houve casos nacionalmente em que apenas um ou dois clientes apareceram para receber a orientação financeira.

Para Mario Raia, “se a real intensão do banco era dar orientação financeira a clientes e não clientes nos locais onde ele atua, a ação deste sábado pode ser considerada um tremendo fracasso”, comentou.

A Contraf-CUT, através da COE, irá durante esta semana avaliar os efeitos em todo o país deste final de semana e debater ações para os próximos finais de semana.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo produziu um material para ser utilizado como base nas atividades, que mostra que o Santander é o que tem as maiores tarifas entre os cinco maiores bancos do Brasil, os ajustes das tarifas bancárias são sempre maiores do que a inflação e que só com as tarifas bancárias os bancos cobrem com larga margem a folha de pagamento dos funcionários.

Fonte: Contraf

Cesta básica sobe até 30% em 12 meses, mostra Dieese

Maior alta foi registrada em Campo Grande; em abril, cesta subiu nas 18 cidades pesquisadas, pelo segundo mês seguido.

O conjunto de itens da cesta básica subiu em todas as 18 cidades pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em abril. Foi o segundo mês seguido de alta em todos os locais. As altas mais acentuadas foram registradas em Campo Grande (10,07%), São Luis (7,10%) e Aracaju (4,94%).

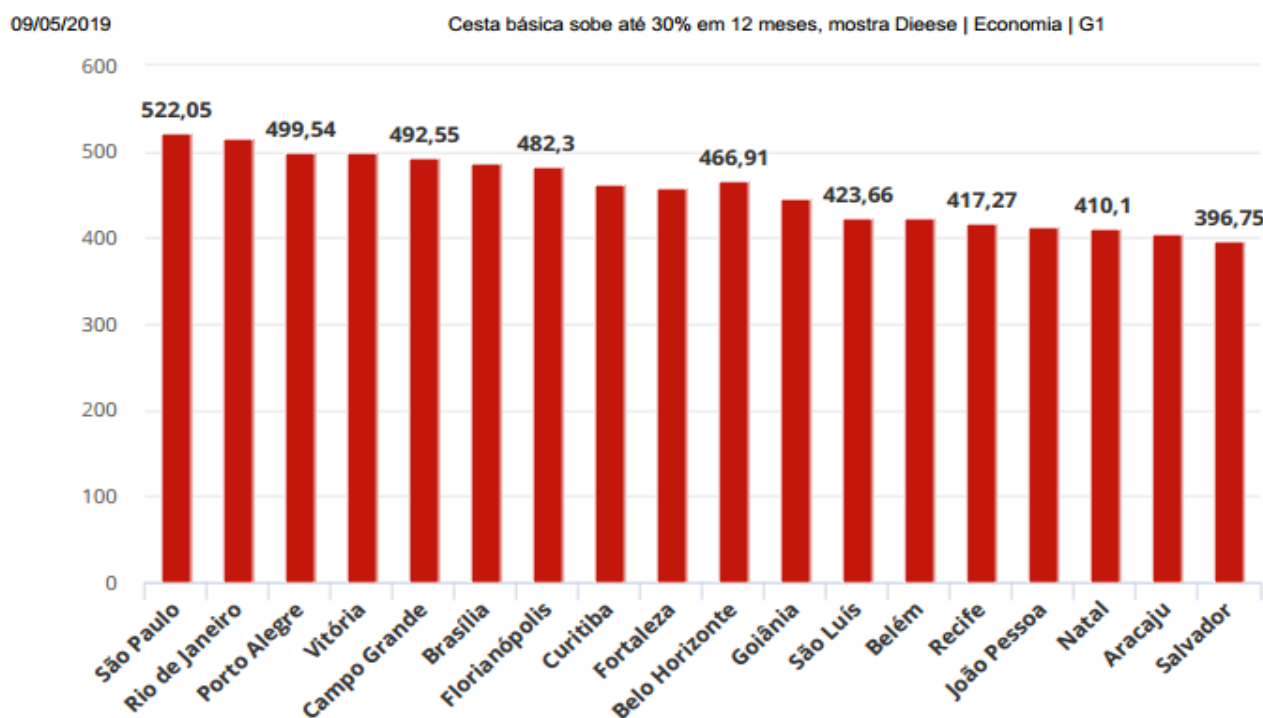
No acumulado em 12 meses, a alta acumulada já chega a 30,17% em Campo Grande. No Recife, a cesta básica subiu 25,19% desde maio de 2018; e em João Pessoa, 22,78%. A menor taxa

acumulada foi registrada em Florianópolis, de 13,02%.

Apesar das altas menos expressivas no mês (2,54%) e no acumulado em 12 meses (20,07%), a cesta básica de São Paulo segue como a mais cara entre os locais pesquisados, a R\$ 522,05. Rio de Janeiro e Porto Alegre aparecem logo abaixo no ranking, com cestas a R\$ 515,58 e R\$ 499,38, respectivamente.

Custo da cesta básica

Fonte: G1



Fonte: Dieese

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF